



# Anais da Assembléia

N.º 76

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 16 DE JUNHO DE 1977

ANO III

## 3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8.ª LEGISLATURA

### ATA DA 112.ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

REALIZADA EM 16 DE JUNHO DE 1977

QUINTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados David Federmann e Werner Wanderer.

Às 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aguiinaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Erondy Silvério, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho e Werner Wanderer (49); achando-se ausentes os Senhores Deputados Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Egon Pudell, Luiz Roberto Soares e Wilson Fortes (5).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (*Ivo Thomazoni*) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (*Ivo Thomazoni*) — Não há expediente a ser lido.

Passa-se à

### ORDEM DO DIA,

com a presença de 49 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 14/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem 53/77, ex-Proposição 256/77 - aprova os termos do convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Toledo, objetivando execução em próprios estaduais que especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.— *Aprovado, artigo por artigo.*

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária.

Levanta-se a sessão.

## 3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8.ª LEGISLATURA

### ATA DA 113.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 16 DE JUNHO DE 1977.

QUINTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Jurandir Messias, secretariada pelos Senhores Deputados Rosário Pitelli e David Federmann.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes

Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Aguiinaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Erondy Silvério, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho e Werner Wanderer (49); achando-se ausentes os Senhores Deputados Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Egon Pudell, Luiz Roberto Soares e Wilson Fortes (5).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (*Ivo Thomazoni*) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

### EXPEDIENTE:

#### MENSAGENS:

Mensagem 69/77

Curitiba, 13 de junho de 1977.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado do Planejamento, e a Fundação Projeto Rondon, objetivando a mútua colaboração no desenvolvimento de programas de interesse do Estado.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA.

Mensagem 70/77

Curitiba, 13 de junho de 1977.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que visa instituir na Polícia Militar do Estado, o Conselho de Disciplina, órgão destinado a julgar a incapacidade do Aspirante a Oficial PM e dos demais praças com estabilidade nos quadros da Corporação.

O plano de lei ora submetido a essa augusta Assembléia Legislativa, consulta plenamente aos superiores interesses da Administração, eis que, suprimindo lacuna existente, insere na legislação pertinente à Polícia Militar do Estado, dispositivo da maior significação e necessidade, ou seja, a fixação de normas

referentes ao processo administrativo disciplinar, em que, obviamente, será assegurado aos indiciados a ampla defesa constitucionalmente prevista.

Por outro lado, vale ressaltar que o anexo plano de lei, consubstancia o resultado de estudos decorrentes de orientação emanada da Inspeção Geral das Polícias Militares, Órgão do Estado Maior do Exército, guardando, também, tal medida, estreita sintonia com o Decreto Federal 71.500, de 5 de dezembro de 1972, que dispõe sobre as atribuições e funcionamento do Conselho de Disciplina das Forças Armadas.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

JAYME CANET JÚNIOR  
Governador do Estado

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1o. — O Conselho de Disciplina é destinado a julgar da incapacidade do Aspirante a Oficial PM e dos demais praças da Polícia Militar do Estado do Paraná com estabilidade assegurada para permanecerem na ativa, criando-lhes, ao mesmo tempo, condições para se defenderem.

Parágrafo único. O Conselho de Disciplina pode, também, ser aplicado ao Aspirante a Oficial PM e às demais praças da Polícia Militar, reformados ou na reserva remunerada, presumivelmente incapazes de permanecerem na situação de inatividade em que se encontram.

Art. 2o. — É submetido a Conselho de Disciplina, "ex-Ofício", o policial-militar referido no Art. 1o. e seu Parágrafo Único:

I - acusado oficialmente ou por qualquer meio lícito de comunicação social de ter:

- a) procedido incorretamente no desempenho do cargo;
- b) tido conduta irregular; ou
- c) praticado ato que afete a honra pessoal, o pundonor policial-militar ou o decoro da classe;

II — afastado do cargo, na forma da legislação vigente, por se tornar incompatível com o mesmo ou demonstrar incapacidade no exercício de funções policiais-militares a ela inerente, salvo se o afastamento é decorrência de fatos que motivem sua submissão a processo;

III — condenado por crime de natureza dolosa, não previsto na legislação especial concernente à Segurança Nacional, em tribunal civil ou militar, a pena restritiva de liberdade individual até 2 (dois) anos, tão logo transite em julgado a sentença; ou

IV — pertencente a partido político ou associação, suspensos ou dissolvidos por força de disposição legal ou decisão judicial, ou que exerçam atividades prejudiciais ou perigosas à Segurança Nacional.

Parágrafo Único — É considerada entre outros, para os efeitos desta lei, pertencente a partido ou associação a que se refere este artigo, o Aspirante a Oficial ou a praça da Polícia Militar, que ostensiva ou clandestinamente:

- a) estiver inscrita como seu membro;
- b) prestar serviços ou angariar valores em seu benefício;
- c) realizar propaganda de suas doutrinas; ou
- d) colaborar, por qualquer forma, mas sempre de modo inequívoco ou doloso, em suas atividades.

Art. 3o. — O policial-militar ao ser submetido a Conselho de Disciplina, é afastado do exercício de suas funções.

Art. 4o. — A nomeação do Conselho de Disciplina, por deliberação própria ou por ordem superior, é da competência do Comandante-Geral da Corporação.

Art. 5o. — O Conselho de Disciplina é composto por 3 (três) oficiais da Corporação.

§ 1o. — O membro mais antigo do Conselho de Disciplina,

no mínimo um oficial intermediário, é o presidente; o que lhe segue em antigüidade é o interrogante e relator, e o mais moderno, o escrivão.

§ 2o. — Não podem fazer parte do Conselho de Disciplina:

- a) — o oficial que formulou a acusação;
- b) — os oficiais que tenham entre si, com o acusador ou com o acusado, parentesco consanguíneo ou afim, na linha reta ou até quarto grau de consanguinidade colateral ou de natureza civil; e
- c) — os oficiais que tenham particular interesse na decisão do Conselho de Disciplina.

Art. 6o. — O Conselho de Disciplina funciona sempre com a totalidade de seus membros, em local onde a autoridade nomeante julgue melhor indicado, para a apuração do fato.

Art. 7o. — Reunido o Conselho de Disciplina, convocados previamente por seu presidente, em local, dia e hora designados com antecedência, presente o acusado, depois de prestado o compromisso legal, o presidente manda proceder à leitura e à autuação dos documentos que constituíram o ato de nomeação da Comissão; em seguida, é ordenada a qualificação e o interrogatório do acusado, o que é reduzido a auto, assinado por todos os membros do Conselho e pelo acusado, fazendo-se juntada de todos os documentos por este oferecidos.

§ 1o. — A fórmula de compromisso do presidente é: "Prometo examinar com imparcialidade os fatos que forem submetidos e opinar sobre eles com justiça e disciplina". Os demais membros dirão: "Assim o prometo".

§ 2o. — Quando o acusado é praça de reserva remunerada ou reformado e não é localizado ou deixa de atender à intimação por escrito para comparecer perante o Conselho de Disciplina:

- a) a intimação é publicada em órgão de divulgação na área de domicílio do acusado, durante 3 (três) dias; e
- b) o processo corre à revelia, se o acusado não atender à publicação.

Art. 8o. — Aos membros do Conselho de Disciplina é lícito reperguntar ao acusado e às testemunhas sobre o objeto da acusação e propor diligências para o esclarecimento dos fatos.

Art. 9o. — Ao acusado é assegurada ampla defesa, tendo ele, após o interrogatório, prazo de 5 (cinco) dias para oferecer suas razões por escrito, devendo o Conselho de Disciplina fornecer-lhe o libelo acusatório, onde se contenham com minúcias o relato dos fatos e a descrição dos atos que lhe são imputados.

§ 1o. — O acusado, salvo revelia, deve ser intimado a comparecer a todas as sessões do Conselho de Disciplina, exceto à sessão secreta de deliberação do relatório.

§ 2o. — Em sua defesa, pode o acusado requerer a produção perante o Conselho de Disciplina, de todas as provas permitidas no Código de Processo Penal Militar.

§ 3o. — As provas a serem realizadas mediante carta precatória são efetuadas por intermédio da autoridade policial-militar.

§ 4o. — o processo é acompanhado por um oficial:

- a) indicado pelo acusado quando este o desejar, para orientação de sua defesa; ou
- b) designado pelo Comandante-Geral da Corporação, nos casos de revelia

Art. 1o. — O Conselho de Disciplina pode inquirir o acusador ou receber por escrito sua acusação, ouvindo a respeito o acusado.

Art. 11 — O Conselho de Disciplina dispõe do prazo de trinta (30) dias, a contar da data de sua nomeação, para a conclusão de seus trabalhos, inclusive remessa do relatório.

Parágrafo único. O Comandante-Geral da Corporação, por motivos excepcionais, pode prorrogar até 20 (vinte) dias,

o prazo de conclusão dos trabalhos.

Art. 12 — Realizadas todas as diligências, o Conselho de Disciplina passa a deliberar, em sessão secreta, sobre o relatório a ser redigido.

§ 1o. — O relatório, elaborado pelo escrivão e assinado por todos os membros do Conselho de Disciplina, deve decidir se o policial-militar;

- a) é, ou não, culpado da acusação que lhe foi feita; ou
- b) no caso do item III, do Art. 2o., levados em consideração os preceitos de aplicação da pena prevista no Código Penal Militar, está ou não incapaz de permanecer na ativa ou na situação em que se encontra na inatividade.

§ 2o. — A decisão do Conselho de Disciplina é tomada por maioria de votos de seus membros.

§ 3o. — Quando houver voto vencido, é facultada sua justificação por escrito.

§ 4o. — Elaborado o relatório, com um termo de encerramento, o presidente do Conselho de Disciplina remete o processo ao Comandante-Geral da Corporação.

Art. 13 — Recebidos os autos do processo do Conselho de Disciplina, o Comandante-Geral, dentro do prazo de 20 (vinte) dias, aceitando, ou não, seu julgamento e, neste último caso, justificando os motivos de seu despacho, determina:

- I - o arquivamento do processo, se não julga o policial-militar culpado ou incapaz de permanecer na ativa ou na inatividade;
- II - aplicação da pena disciplinar, se considera contravenção ou transgressão disciplinar a razão pela qual o policial-militar foi julgado culpado;
- III - a remessa do processo ao auditor competente, se considera crime a razão pela qual o policial-militar foi julgado culpado; ou
- IV - a exclusão a bem da disciplina, se julga culpado o policial militar submetido a Conselho de Disciplina pelos itens I, II e IV do Art. 2o. desta Lei;
- V - a remessa do processo ao Governador do Estado para a efetivação da reforma se, pelo crime cometido, previsto no item III do Art. 2o. desta lei, considera que o policial-militar está incapacitado para permanecer na ativa ou na situação de reserva remunerada.

§ 1o. — O despacho que determinar o arquivamento do processo, sob a forma de Portaria, será publicado no Boletim do Comando-Geral da Corporação e transcrito para o cadastro funcional do policial-militar.

§ 2o. — A reforma do policial-militar é efetuada no grau hierárquico que possui na ativa, com proventos proporcionais ao tempo de serviço.

Art. 14 — O acusado ou, no caso de revelia, o oficial que acompanhou o processo, pode interpor recurso da decisão do Conselho de Disciplina ou da solução posterior do Comandante-Geral da Corporação.

Parágrafo Único. O prazo para interposição de recursos é de 10 (dez) dias, contados a partir da data da publicação do despacho referido no § 1o. do Art. 13, desta Lei.

Art. 15 — Cabe ao Governador do Estado, em última instância, no prazo de 20 (vinte) dias, julgar os recursos que forem interpostos nos processos oriundos dos Conselhos de Disciplina.

Art. 16 — Aplicam-se a esta lei, subsidiariamente, as normas do Código de Processo Penal Militar.

Art. 17 — Para os efeitos desta lei, o prazo de prescrição será de seis anos, aplicável, no que couber, o disposto no Código Penal Militar.

Art. 18 — O Comandante-Geral da Polícia Militar, baixará as instruções complementares necessárias à execução desta lei.

Art. 19 — O parágrafo único, do art. 294, da lei 1943, de 23/6/54 (Código da Polícia Militar), passa a ter a seguinte

redação:

"Parágrafo Único. O Aspirante-a-Oficial e demais praças com estabilidade presumida somente serão excluídos em virtude de decisão judicial ou com base no julgamento de Conselho de Disciplina".

Art. 20 — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

## A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA.

Mensagem 71/77

Curitiba, 13 de junho de 1977.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que autoriza o Poder Executivo a contrair empréstimo ou obter financiamentos, internos ou externos, dar garantias, prestar fiança ou aval, conceder contra-garantias a entidades públicas ou privadas como contrapartida a garantias prestadas ao Poder Executivo, para utilização no período 1977/1980.

Trata-se, Senhor Presidente, de assegurar a fiel execução dos programas de investimento a cargo do Governo do Estado, cujos relevantes efeitos econômicos e sociais são plenamente conhecidos dos membros dessa Casa.

Sente-se à vontade o Poder Executivo para pleitear tal autorização de vez que a utilização da capacidade de endividamento do Estado do Paraná vem se fazendo de forma extremamente parcimoniosa, observadas grandes margens de segurança, em muito superiores às exigidas pela legislação em vigor e pelas autoridades financeiras federais.

Para perfeito esclarecimento dos membros dessa Assembléia Legislativa, abordarei nos tópicos a seguir a situação da capacidade estadual de endividamento efetivamente utilizada bem como a utilização a ser dada aos recursos que forem captados em função da autorização ora pretendida.

### 1 — DÍVIDA PÚBLICA

Quero, inicialmente, referir-me ao montante e composição da dívida da Administração Direta do Governo do Estado do Paraná, cujos valores, apresentados a seguir, representam a dívida corrigida monetariamente até a data de 28 de fevereiro de 1977.

Embora os valores mencionados não incluam os compromissos da Administração Indireta de vez que os mesmos são quitados pelas próprias entidades com recursos oriundos de sua própria operação, estão contidos compromissos de alguns órgãos da mesma, que não dispõem de recursos próprios para seu resgate, dependendo, portanto, de transferências do Tesouro do Estado, na forma especificada pelo Banco Central do Brasil.

### DÍVIDA EXTERNA

O montante da dívida externa de responsabilidade da Administração Direta, era, em 28.02.77, o valor de Cr\$ .... 2.040.624.000,00 (dois bilhões, quarenta milhões, seiscentos e vinte e quatro mil cruzeiros), cujas amortizações estão escalonadas, no tempo, de forma perfeitamente compatível com a capacidade de amortização do Estado. Saliento que tais operações são analisadas "a priori", pelas autoridades do Sistema Financeiro Nacional, para efeito de receberem o aval do Tesouro da União, sob os enfoques de capacidade de endividamento do Estado, viabilidade de resgate e prioridade das áreas de aplicação.

### DÍVIDA INTERNA

O endividamento interno, da Administração Direta é regulado pelas resoluções de números 62 e 93, de 28.10.75 e 11.10.76, respectivamente, ambas do Senado Federal, sendo o controle da dívida interna dos Estados exercidos pelo Banco Central do Brasil.

A capacidade de endividamento do nosso Estado, em

função da receita realizada no exercício anterior, alcança o teto máximo de Cr\$ 4.200.000.000,00 (quatro bilhões e duzentos milhões de cruzeiros), enquanto que a dívida global da Administração Direta atingiu, em fevereiro de 1977, o valor de apenas Cr\$ 1.900.000.000,00 (um bilhão e novecentos milhões de cruzeiros). Desta forma, a diferença entre a capacidade de endividamento e a dívida real, dá um saldo positivo a favor do Estado, de Cr\$ 2.300.000.000,00 (dois bilhões e trezentos milhões de cruzeiros), o que significa dizer que nossa dívida interna é inferior à metade de nossa capacidade legalmente autorizada.

Isto, mesmo considerando que as resoluções do Senado Federal foram bastante prudentes ao fixar as regras para a capacidade de endividamento interno e para o crescimento da dívida. Assim foram fixados outros parâmetros que, restringem o crescimento da dívida a percentuais relativos à receita realizada no ano anterior. Segundo estes parâmetros, em 1977 o teto para "crescimento de nossa dívida interna" seria de Cr\$ 1.200.000.000,00 (um bilhão e duzentos milhões de cruzeiros), correspondente a vinte por cento da receita, deduzidas as operações de crédito.

No que se refere à "amortização anual da dívida", as resoluções do Senado fixaram percentuais com base na receita do exercício anterior, o que nos dá um teto para o exercício de 1977 igual a Cr\$ 890.000.000,00 (oitocentos e noventa milhões de cruzeiros). Ora, os nossos compromissos, considerando as operações já contratadas, atingem somente a Cr\$... 145.000.000,00 (cento e quarenta e cinco milhões de cruzeiros), fato esse que significa estar o Estado do Paraná, hoje, gastando 84 por cento menos do que sua capacidade legal para amortização de dívidas.

Como podem, portanto, Vossa Excelência e os Senhores Deputados notar, o Estado do Paraná está em situação privilegiada dentro do contexto nacional, no que toca à gestão de seus recursos.

Senhor Presidente, demonstrada a capacidade de endividamento do Estado, venho solicitar, dessa Casa, autorização para realização de operações de crédito destinadas aos fins que passo a expor.

## 2 — AUTORIZAÇÃO ORA PLEITEADA

### 2.1 — ÁREA DA EDUCAÇÃO E DA CULTURA

#### Ensino de 1o. Grau

O Plano Estadual de Educação elaborado pela Secretaria de Estado da Educação e da Cultura, segundo a orientação do plano "Objetivos e Metas de Desenvolvimento", de meu Governo, previu a aplicação de vultosos recursos neste setor, perseguindo a meta de oferecer oportunidade de ensino de 1o. grau a todas as crianças do Paraná, em todos os pontos do Estado.

Este objetivo vem exigindo recursos muito superiores aos tradicionalmente utilizados. Daí porque, além dos recursos próprios do Tesouro Estadual, e da Rundação Educacional do Paraná — FUNDEPAR — foram elaborados projetos, com recursos provenientes de operações de crédito, no caso, com o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social, administrado pela Caixa Econômica Federal, que atingem o valor global de Cr\$ 840.000.000,00 (oitocentos e quarenta milhões de cruzeiros), em três etapas, a serem realizadas no triênio 1976/1978, com valores respectivamente de trezentos e quarenta, cento e sessenta e trezentos e quarenta milhões de cruzeiros.

As duas primeiras operações de crédito já foram realizadas pela FUNDEPAR, com avais do Governo do Estado. Estes avais foram concedidos com base na Lei 6764/75. A terceira operação foi realizada com a Caixa Econômica Federal, tendo recebido aval do Banco do Estado do Paraná, entretanto, este Banco necessitará de uma contra-garantia que deverá ser dada pelo Governo do Estado.

Na aplicação dos primeiros quinhentos milhões de cruzeiros, em duas etapas, em fase de conclusão, em seus diversos turnos de funcionamento, a expansão física da rede escolar de 1o. grau, em 185.000 m2 de área construída abrigará, em quase todos os municípios do Estado, 2.600 novas salas de aula, em um total de mais de 600 obras que, até o final deste semestre, aumentarão a oferta de vagas para aproximadamente, 300.000 novos alunos. Estão sendo igualmente construídas 200 quadras esportivas junto às unidades escolares constantes do projeto em andamento.

Devo afirmar, que na etapa para a qual o Poder Executivo solicita a autorização dessa Casa, estão previstas construções de mais 2.000 novas salas de aula para 230.000 novos alunos, além de mais 20 quadras esportivas que atenderão à região metropolitana de Curitiba e o interior do Estado, cobrindo todos os 290 municípios.

Devo lembrar que a participação dos municípios através de doação de imóveis ou mão-de-obra ou de outras formas de cooperação, na implantação do projeto, fará com que o número de vagas a serem ofertadas aumente na proporção do valor dessas participações, face o barateamento dos custos de construção.

#### Ensino Superior

Partindo de um conceito, já comprovado através dos tempos, consubstanciado no fato de que a Universidade tem sido o principal agente indutor do desenvolvimento econômico e social dos povos, o Governo do Estado do Paraná, em consonância com o Plano Nacional de Desenvolvimento, necessita intensificar a sua contribuição para o desenvolvimento do País, através de uma infra-estrutura física à Universidade Estaduais, a fim de que as mesmas tenham condições de transformar em realidade as diretrizes para o ensino superior adotadas pelo Governo Federal.

Dentro deste enfoque, o Plano Estadual de Educação previu e o Governo do Estado autorizou, para o triênio 1976/1978, a construção do "Campus" universitário de Londrina, Ponta Grossa e Maringá, que, além de permitirem a implantação da estrutura universitária, nos moldes previstos na reforma do ensino, nas três Fundações, possibilitará a ampliação do número de vagas nos cursos das diversas áreas do ensino superior, hoje tão carente de oportunidades aos jovens, como bem o comprova o elevado número de candidatos a exames vestibulares que não obteram vagas.

Assim, para a complementação do Plano Estadual da Educação e da Cultura, nesta área do ensino superior, pretende o Poder Executivo a autorização da Assembléia Legislativa do Estado para a contratação de financiamentos, na forma seguinte:

- a) Investimentos na FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA — Cr\$..... 96.000.000,00

As edificações programadas, têm a finalidade de instalar no "Campus" Universitário, todas as unidades da U.E.L., com exceção do Centro de Ciências da Saúde. Esta instalação é extremamente necessária na medida em que se poderá, efetivamente, instalar toda uma filosofia da reforma universitária, como também reduzir custos operacionais do sistema, através de uma aproximação das unidades escolares, dos serviços e atendimentos necessários ao bom funcionamento, que compreende a racionalização de todo o processo físico destinado às atividades docentes e discentes.

Estas edificações compreendem:

— conclusão do prédio destinado ao Centro de Estudos Sociais Aplicados que, na fase em que se encontra já atende cerca de 50 por cento dos 2.600 alunos da área, embora de forma precária.

- b) Investimentos na FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE

ESTADUAL DE PONTA GROSSA — Cr\$ 45.000.000,00.

Para o polo geo-educacional de Ponta Grossa, com área de influência em 32 municípios do Estado, em uma primeira etapa, serão aplicados os recursos acima referidos, dentro da mesma filosofia e para os mesmos fins já expostos anteriormente, uma vez que as estruturas administrativas são praticamente iguais entre si, variando tão somente a ênfase maior ou menor às áreas de atuação de cada universidade.

Os investimentos compreendem na primeira etapa:

- Aquisição de terreno;
- Construção do Núcleo Básico, do Setor de Ciências Biológicas e da Natureza;
- Construção do Núcleo Básico do Setor de Tecnologia;
- Infra-estrutura básica do "Campus".

## 2.2. — Área de Saúde Pública

O estímulo à expansão da rede hospitalar, objetivando alcançar um padrão médio de 3,5 leitos por 1.000 habitantes, bem além, portanto, do existente, em torno de 2,8 leitos por 1.000 habitantes, está preconizado no OMD pelo atual Governo do Estado.

Com tal acréscimo procurar-se-á oferecer à população maiores e melhores condições de tratamento para suas enfermidades, a par da maior mobilização dos leitos hospitalares existentes.

Com a construção de novos leitos em regiões mais carentes e também nos centros polarizadores, evitar-se-á a demanda acentuada de pacientes pela capital e outros centros maiores do Estado; além disso, os novos leitos a serem criados prestar-se-ão ao treinamento, à especialização e ao aperfeiçoamento de pessoal técnico-científico.

Embora o atendimento aos pacientes não pagantes seja prioritário, destinar-se-ão leitos à previdência, que não conta com número suficiente deles para o total atendimento hospitalar dos seus beneficiários.

Como os recursos próprios do Governo do Estado são insuficientes para a execução de todas as construções previstas no campo hospitalar, pretende-se obter financiamento através do FUNDO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO SOCIAL — FAS, da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, para fazer frente aos elevados custos das obras e dos seus equipamentos.

Para maior ordenação desses recursos, agruparam-se os hospitais que capacitarão o aumento do número de leitos, em duas categorias:

I — Comunitários, filantrópicos, destinados ao atendimento de enfermidades em geral;

II — Regionais e especializados, com a participação ou responsabilidade total do Governo do Estado através da Fundação Hospitalar do Paraná.

Os hospitais constantes do GRUPO I, em resumo de 11 (onze) unidades localizadas nas regiões sul, norte, oeste e sudeste do Paraná, estão com as obras iniciadas e paralizadas ou em ritmo muito lento de construção, carecendo urgentemente de recursos que levem essas construções a uma rápida conclusão, com funcionamento imediato dos novos leitos de que o Paraná tanto necessita.

Os nosocômios do GRUPO II, serão especializados no tratamento de enfermidades específicas, como é o caso das doenças infecto-contagiosas agudas, das enfermidades mentais e de outras áreas médicas que necessitam de estruturas físico-funcionais adequadas para a solução dos problemas de forma, se não ideal, pelo menos satisfatória.

A construção de hospitais com capacidade de atendimento à demandas regionais justifica-se por si só.

Assim, Senhor Presidente, em se tratando de uma área da administração pública de tão grande relevância, cremos que maiores esclarecimentos serão sempre óbvios, quando a aspiração por maior eficiência, da área de saúde, é geral em nosso

Estado.

## 3 — ENERGIA ELÉTRICA

A Companhia Paranaense de Energia Elétrica vem atravessando uma fase de desenvolvimento realmente acelerada, como resultante da crescente demanda de energia elétrica em nosso Estado.

Entre outros, três fatores apresentam-se como principais indutores desta necessidade permanente de expansão da Companhia.

O primeiro deles, representado pela política do Governo Federal que necessita, de forma urgente, substituir o uso dos derivados de petróleo em nossas empresas, por outra fonte de energia, ou seja, pela energia elétrica.

O segundo é representado pelo crescimento econômico do nosso Estado que vem buscando incessantemente, alcançar a industrialização da nossa produção primária, em especial.

Deve-se ressaltar que a demanda deste fator é agravada pelo primeiro.

Finalmente, o terceiro fator, o mais importante em termos de viabilidade da empresa, é representado pela necessidade de produzir energia elétrica.

Atualmente a COPEL adquire, de outras empresas congêneres, a energia necessária ao suprimento de seu "déficit". Considerando que o preço da energia elétrica é administrado pelo Governo Federal, e que, por esta razão a COPEL vende energia ao Setor Industrial a preços subsidiados, óbvia é a conclusão de que esta perda, cada vez mais significativa na viabilidade da empresa, somente poderá ser suportada pela geração de energia própria a custos mais baixos que os preços de venda.

Por esta razão, Foz do Iguaçu está sendo construída. Entretanto, para que se possa colocar a energia da nova usina à disposição do consumidor, obras de infra-estrutura, chamadas de transmissão e distribuição, devem ser implantadas paralelamente aos esforços de construção da Usina Geradora.

Hoje a lei que autoriza contrações de financiamentos pela COPEL apresenta ainda um saldo de Cr\$ 540.585.000,00 que devem ser aplicados especificamente nas obras da barragem e de implantação das unidades geradoras de energia.

Ficaram a descobertas de autorização legal para contratação, as referidas obras de linhas de transmissão, subestações e redes de distribuição.

O valor necessário para aplicação do triênio 77/79 é de sessenta e cinco milhões de dólares que, se considerando uma valorização do dólar em relação ao cruzeiro, da ordem de 25 por cento ao ano, nos daria um valor médio do dólar a Cr\$ 19,00 o que representaria uma necessidade de autorização para contratação de empréstimo no valor de Cr\$ 1.235.000.000,00. Os entendimentos com as empresas financiadoras internacionais já se iniciaram, devendo chegar a sua fase final, ao término deste exercício.

Estes valores, adicionados à operação a ser contratada com a Agência Especial de Financiamento Industrial — FINAME, destinada ao Programa de Subestações e Linhas, no valor de Cr\$ 210.000.000,00, levam-me a solicitar dessa Casa, a autorização específica para endividamento da COPEL, no valor global de Cr\$ 1.445.000.000,00, em operações internas e/ou externas.

Devo salientar, finalmente, que este valor adicionado à dívida da COPEL está perfeitamente enquadrado no limite de endividamento da empresa.

## 4 — ADMINISTRAÇÃO GERAL DO ESTADO

Há muito tempo, a técnica de elaboração de orçamentos, no Governo do Estado do Paraná, a exemplo do que se faz no Governo da União, vem adotando o critério de utilizar a capacidade de endividamento do Estado como fonte de receita. Desta forma, além do mecanismo de financiamento direto dos fornecedores de bens ou serviços, obtido através da instituição da figura do "diferimento" em nossa execução orçamentária, as operações de crédito tem sido utilizadas como fator de equilí-

brio entre a receita prevista e a despesa fixada. Como exemplo podemos citar que no orçamento do Estado para o exercício de 1977, aprovado por essa Casa, para uma receita de Cr\$ 8.300.000.000,00 fixou-se uma despesa de Cr\$ 9.400.000.000,00, ficando um diferencial a ser coberto por operações de crédito, no valor de Cr\$ 1.100.000.000,00.

Por outro lado, os órgãos da administração indireta, ao fazerem uso de suas capacidades próprias de endividamento solicitam do Estado garantias, avais ou contra-garantias para suas operações de crédito.

Por estas razões o Governo do Estado necessita de autorização legal para operar diretamente ou garantir operações de sua administração indireta no momento e com a agilidade for requerida.

Exemplos destes fatos podem ser tomados, quando levamos em consideração as medidas que vem sendo adotadas pelo Governo Federal para combater a inflação de custos e de demanda que afetam o nosso País.

Com toda a certeza, as políticas anti inflacionárias de restrição de crédito e a de incentivo às áreas de produção de bens destinados à exportação, trarão como consequência a redução no ritmo de crescimento de nossa receita, principalmente

nos setores da indústria e do comércio.

Embora ainda não tenha destinação específica, o Governo do Estado estimou o montante de Cr\$ 400.000.000,00 para a cobertura de necessidades eventuais de operações que seriam determinadas pelo comportamento da receita ou para concessão de avais a órgãos da Administração Direta.

#### 5 - CONCLUSÃO

Espero, Senhor Presidente, ter fornecido a essa Casa de Leis elementos suficientes para a plena compreensão da viabilidade da pretensão que ora encaminho à apreciação Legislativa.

Espero igualmente, ter demonstrado os altos propósitos que orientam o Governo do Estado na antecipação e concretização de investimentos do maior alcance econômico e social, com benéficos para o homem paranaense.

Certo de merecer a elevada acolhida de Vossa Excelência e dos Senhores Deputados, renovo-lhes nesta oportunidade, meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR  
Governador do Estado

#### QUADRO RESUMO DAS AUTORIZAÇÕES

ESPECIFICAÇÕES	Resgates com recursos do Tesouro		Resgates com recursos próprios	Valores Totais
	Adm. Direta	Adm. Indireta		
1 - FUNDEPAR — Investimentos na rede de Ensino do 1º grau	—	340.000.000	—	340.000.000
2 - Universidade de Londrina	—	96.000.000	—	96.000.000
3 - Universidade de Ponta Grossa	—	45.000.000	—	45.000.000
4 - SESB — Construção de Hospitais	96.000.000	—	—	96.000.000
5 - COPEL — Rede de Transmissão e distribuição	—	—	1.445.000.000	1.445.000.000
6 - Cobertura eventual de "deficit" da receita e/ou garantias a operações de crédito da Administração Indireta	400.000.000	—	—	400.000.000
T O T A I S	496.000.000	481.000.000	1.445.000.000	2.422.000.000

## ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a contrair empréstimo ou obter financiamentos, internos ou externos, dar garantias, prestar fiança ou aval, conceder contra-garantias de fiança, de aval ou de qualquer tipo de garantia prestada por entidades públicas ou privadas ao Poder Executivo até o montante de Cr\$ 2.422.000.000,00 (dois bilhões e quatrocentos e vinte e dois milhões de cruzeiros), ou equivalente em moeda estrangeira, com base na cotação cambial da época da operação, destinados ao cumprimento de despesas com execução de obras públicas de infra-estrutura e outras despesas relativas a programações contidas em orçamentos anuais ou plurianuais.

§ 1º — Do montante estabelecido neste artigo, os empréstimos ou financiamentos, garantias, avais ou fianças e contra-garantias serão destinados especificamente à Companhia Paranaense de Energia Elétrica — COPEL, até o valor de Cr\$ 1.445.000.000,00 (um bilhão, quatrocentos e quarenta e cinco milhões de cruzeiros), ou equivalente em moeda estrangeira, para operações internas ou externas para a instalação de sua infra-estrutura de energia elétrica.

§ 2º — A execução do disposto neste artigo poderá efetivar-se em uma ou mais operações, com uma ou mais entidades financeiras ou fornecedores e, em qualquer data, até que seja atingido o montante autorizado.

Art. 2º — O prazo, carência, juros, taxas adicionais e comissões referentes ao empréstimo ou financiamento a serem tomados, obedecerão às normas pertinentes estabelecidas pelas autoridades monetárias Federais e as exigências dos órgãos encarregados da Política econômico-financeira da União.

Art. 3º — A caução ou qualquer outra forma de garantia com vinculação de ações de Sociedades de Economia Mista, nas quais o Governo do Estado for majoritário, somente poderá ser efetivada com ações que excederem a 51 por cento do capital subscrito e integralizado em cada sociedade de Economia Mista.

Parágrafo único — A vinculação a que se refere este artigo poderá efetivar-se mediante autorização expressa da Secretaria de Estado das Finanças.

Art. 4º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

— À Comissão de Constituição e Justiça.

## REQUERIMENTOS:

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer ouvido o Plenário da Casa, regime de urgência ao Projeto de Lei número 50/77.

Sala das Sessões, em 16 de junho de 1977.

(a) DEL CIEL

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, requer após ouvido o Plenário, o registro de voto de profundo pesar pelo falecimento da Sra. ELZA DO AMARAL TRAUTWEIN, ocorrido na cidade de Cambará.

A extinta deixa prantear-lhe a morte, o esposo Moacir Trautwein e filhos Drs. Wagner e Edson.

Requer ainda, uma vez aprovado o presente, seja feita comunicação à Exma. família enlutada.

Sala das Sessões, em 16 de junho de 1977.

(a) ROSÁRIO PITELLI

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas preroga-

tivas regimentais, requer após ouvido o Plenário, o registro de voto de pesar pelo falecimento do Sr. ODILON BANDEIRA ROCHA, ocorrido hoje, nesta Capital.

O extinto deixa prantear-lhe a morte, a esposa LUCY LOPES BANDEIRA ROCHA e sua filha Regina, casada com o Dr. Edgard Katzwinkel Júnior.

Requer ainda, uma vez aprovado o presente, seja feita comunicação à Exma. família enlutada.

Sala das Sessões, em 16 de junho de 1977.

(a) ROSÁRIO PITELLI

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas legais, requer após ouvido o Plenário, a suspensão da sessão do dia 17 do corrente mês, para que os Senhores Deputados possam dar maior prestígio às reuniões dos Vereadores do Paraná, dirigidas pela ACAMPAR, cujo congresso iniciou-se no dia de hoje.

Sala das Sessões, em 16 de junho de 1977.

(a) JAYME RODRIGUES CARVALHO

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento, ocorrido no dia 10 do corrente, em Apucarana, do Senhor MIGUEL MORENO, um dos fundadores da cidade, ex-Vereador à Câmara Municipal e que contava com alto relacionamento social; bom amigo e exemplar chefe de família.

Requer, outrossim, que do presente dê-se conhecimento à família enlutada, através da Câmara Municipal daquela cidade.

Sala das Sessões, em 16 de junho de 1977.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer ouvido o Plenário, a consignação na ata dos trabalhos de um voto de profundo pesar pelo falecimento, ocorrido ontem, em lamentável acidente, dos jovens PEDRO MIGUEL MOSSE e SÔNIA MARIA FERREIRA PRADO.

Outrossim, aprovado o presente, dê-se ciência da decisão da Casa às famílias enlutadas.

Sala das Sessões, em 16 de junho de 1977.

(a) MAURÍCIO FRUET

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Liderança da ARENA, no cumprimento de dispositivos legais, indica o Senhor Deputado ERONDY SILVÉRIO para integrar as Comissões Permanentes, em consequência da renúncia do Deputado JOÃO CALIL FADEL, conforme segue:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA — Suplente  
COMISSÃO DE FINANÇAS — Titular  
COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA — Titular  
COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE — Suplente  
COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO — Suplente.

Sala das Sessões, em 16 de junho de 1977.

(a) LUIZ ROBERTO SOARES

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem respeitosamente requerer que, ouvido o Plenário, sejam enviados ofícios ao Exmo. Sr. Ministro da Educa-



ção e Cultura e ao Conselho Federal de Educação, solicitando providências imediatas no sentido de ser determinada a redução de 35 para 25 por cento no aumento das mensalidades escolares, anteriormente deferido.

Ocorre que, em reunião recente, o Conselho de Desenvolvimento Econômico, composto pelos Ministros da área econômica e presidido pelo Exmo. Sr. Presidente da República, fixou em um máximo de 25 por cento qualquer aumento nos preços dos serviços públicos.

O ensino é um serviço público, de alta relevância social.

Assim, é inadmissível que continue prevalecendo o preço das mensalidades escolares, em qualquer nível, com o aumento de 35 por cento sobre os valores do ano passado, deferido no início do ano pelo Conselho Federal de Educação. É que a regra estabelecida pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico não prevê exceção. E para ser justa, tem de retroagir, favorecendo os estudantes desde o início do presente ano letivo.

Cumprindo acrescentar que, em se fazendo prevalecer essa limitação de 25 por cento de aumento, devem os estudantes ser restituídos dos 10 por cento que até agora pagaram a mais, promovendo-se, a título de restituição, o desconto correspondente nas prestações futuras.

Sala das Sessões, em 16 de junho de 1977.

(a) OSVALDO MACEDO

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício ao Ilustríssimo Senhor Presidente da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, Dr. Adwaldo Cardoso Botto de Barros, consubstanciado em apelo no sentido de ser determinada a instalação do "sistema Gentex", na agência dos Correios e Telégrafos da cidade de Paranavaí.

Tal apelo se faz, tendo em vista que a cidade de Paranavaí, situada na região do Noroeste do Estado do Paraná, com uma população de mais de 60 mil habitantes, é o centro de vasta e progressista região, congregando em torno de si, mais de 20 municípios. As atividades comerciais daquele município estão em franco desenvolvimento se ressentindo da falta de meios de comunicações mais eficazes que possam atender as suas necessidades. A implantação do "sistema de telecomunicações gentex", na agência local dos Correios e Telégrafos, está solucionando um sério problema que há muito vem desejando aquela região.

Sala das Sessões, em 16 de junho de 1977.

(a) WALDENÍCIO BARBALHO

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício à Sua Excelência o Senhor Ministro das Comunicações, EUCLIDES QUANDT DE OLIVEIRA, consubstanciado em apelo no sentido de ser determinada a instalação do "sistema Gentex", na agência dos Correios e Telégrafos da cidade de Paranavaí.

Tal apelo se faz, tendo em vista que a cidade de Paranavaí, situada na região do Noroeste do Estado do Paraná, com uma população de mais de 60 mil habitantes, é o centro de vasta e progressista região, congregando em torno de si, mais de 20 municípios. As atividades comerciais daquele município estão em franco desenvolvimento, se ressentindo da falta de meios de comunicação mais eficazes que possam atender às suas necessidades. A implantação do "sistema de telecomunicações Gentex" na agência local dos Correios e Telégrafos, estará solucionando um problema que há muito vem desejando aquela região.

Sala das Sessões, em 16 de junho de 1977.

(a) WALDENÍCIO BARBALHO

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o douto Plenário, voto de estímulo às empresas Viação Umarama e Viação Garcia, pela inauguração da linha Francisco Alves, Iporã, Perobal e Curitiba, ocorrida no dia 01 de junho corrente. Aos seus proprietários que desta maneira contribuem com mais esta parcela para o progresso daquela região, os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 16 de junho de 1977.

(a) ERNESTO GNOATO

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Está finda a leitura do Expediente. Concedo a palavra ao nobre Deputado Renato Bernardi.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Pela ordem, concedo a palavra a V. Exa.

O SR. DENI SCHWARTZ — Requeiro de V. Exa., chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Esta Presidência atende a V. Exa. e determina ao Sr. Primeiro Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO — (Procede a chamada nominal dos Srs. Deputados).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Acham-se presentes 27 Srs. Deputados. Há número para prosseguimento da sessão.

A Presidência, no Grande Expediente, concede a palavra ao Sr. Deputado Renato Bernardi.

O SR. RENATO BERNARDI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Brasil inteiro vinha se preparando com o noticiário de imprensa, noticiário na área econômica, prevenindo uma situação que hoje aí está mais clara. Este País, que em razão de uma situação excepcional, atravessa hoje uma fase difícilíssima, entrando numa série de impasses que hoje não é mais só político, não é mais só social, não é mais só cultural, não é só econômico. Hoje existe um verdadeiro divórcio entre os desejos do Governo e os anseios da Nação.

A empresa nacional, esmagada, violentada de um lado pelo gigantismo das empresas estatais; de outro lado, pela versatilidade, pela potência e mesmo pela inescrupulosidade das empresas multinacionais, sente-se perplexa com uma catástrofe econômica que já vem aí, reconhecida, inclusive, pelo Sr. Ministro Ângelo Calmon de Sá, da Indústria e Comércio, quando ainda anteontem, desembarcando em São Paulo, anunciava novas medidas adotadas pelo Banco Central, no sentido de restringir o crédito às pequenas e médias empresas.

A situação não atingirá proporções catastróficas; ela já está em proporções catastróficas. O caos já está aí. Mas se não bastasse apenas essa série de medidas tomadas em relação à pequena e à média empresa, nós temos também, ao lado do "pacote" político de 01 de abril de 1977, temos hoje o "pacote" das medidas econômicas de 15 de junho de 1977, quando o Banco Central também suspende operações de crédito agrícola.

E a imprensa toda nacional dizendo, novas restrições ao crédito a partir do dia 15. E nega-se, e aí está o episódio do Sr. José Papa Júnior, nega-se também ao empresário o direito de participar da vida decisória nacional, através do debate político, amplo, franco e aberto.

E este divórcio que aí está, entre os desejos do Governo e os anseios da Nação, tem também os seus reflexos de uma profundidade muito grande, Sr. Presidente, aqui no nosso Estado do Paraná. Não sei porque motivo convencionou-se dividir o Brasil em micro-regiões econômicas em que se estabelecem arti-



ficialmente vocações, e se define tendências. E o Estado do Paraná, que contribui hoje com 18 por cento dos dólares conquistados pelo Brasil, é definido pelos seus governos que pelo Palácio Iguazu passaram, como um Estado eminentemente agrícola.

Mas, nós sentimos claramente que enquanto não há recurso para o homem que trabalha; não há recurso para o pequeno e médio produtor agrícola; não há recurso para a pequena e média empresa, entretanto, sem causar qualquer perplexidade, sem causar qualquer espanto, neste País do ensino pago, neste País das filas de INPS, neste País de milhões de desempregados, a imprensa nacional estampa em primeira página: "Governo já gastou dezoito bilhões de cruzeiros para salvar instituições financeiras, a custo zero, a fundo perdido. E este mesmo governo que aplica fortunas incalculáveis num próprio esquema que ele mesmo criou dentro do famigerado binômio do desenvolvimento e segurança. Não há desenvolvimento, não há paz social, estamos num impasse político, econômico, social e cultural e portanto, Nação que se encontra diante de um impasse, também não pode ser Nação com segurança. Por isso, fura totalmente o binômio, tanto no desenvolvimento, quanto na segurança.

E ainda ontem, um órgão de comunicação do Paraná, anunciava em primeira página: "Paulistas vão comprar um Canal de Televisão no Paraná". Mas a coisa, Sr. Presidente, nobres Deputados, ganha uma perspectiva muito mais ampla. O Estado do Paraná, que de quinta Comarca de São Paulo, a 19 de dezembro de 1853, torna-se na época a mais nova província do império brasileiro; caminha com dificuldades, mas tenta definir os seus rumos e tenta definir o seu futuro. E começou no fim do século passado por volta de 1892, a grande epopéia da ocupação do espaço paranaense, quando algumas famílias mineiras, tentaram na região do Norte Velho, uma experiência naquelas terras roxas, com a derrubada da floresta virgem, da floresta tropical, e com o conseqüente plantio do café. E o café, a partir do final do século passado, representou o grande fator de ocupação do espaço paranaense. Mas, muito mais do que ocupação foi um modelo da efetiva reforma agrária para todo o Paraná e para todo o Brasil. Porque o processo de colonização que se fez, a partir de Joaquim Távora, Jacarezinho, Cambará até nas barrancas do Rio Paraná, obedeceu a um processo de colonização, em que a média das propriedades, não ultrapassava os 14 alqueires.

E indiscutivelmente, o café sempre foi o maior gerador de riquezas, mas acima de tudo, o grande agente de distribuição social desta riqueza. Porque em cima do café, ganhava o colono, ganhava o empreiteiro, ganhava o proprietário e ganha acima de tudo, o maior sócio que o café tem no Brasil, que é o próprio governo da União, através do famigerado confisco cambial do café, hoje, chegando à casa dos 140 dólares, por um saco apenas de café.

O Governo do Paraná, entretanto, o Estado do Paraná, melhor dizendo, não tem recebido da União, ao menos, o mesmo tratamento que o Governo da União dá aos produtores estrangeiros.

Nós, do Paraná, não desejamos outro tratamento que não, no mínimo, o de igualdade, com as forças produtoras externas. E são três tópicos onde o Paraná como Estado, como unidade da Federação, sente-se esmagado, sente-se violentado no seu direito fundamental e básico.

Disse que um dos objetivos nacionais permanentes, isto é, inteira realidade, é o de se conservar a integridade territorial.

O Paraná tem suas terras ocupadas, por águas que vão gerar energia elétrica, mas não a favor do Estado do Paraná, vão gerar energia elétrica a favor das Centrais Elétricas de São Paulo, uma concessão da Eletrobrás, através da Eletrosul.

Para a mesma utilização dos mesmos recursos naturais, a binacional Itaipu, dá ao Paraguai o tratamento que nós paranaenses, não recebemos, das Centrais Elétricas de São Paulo.

O Sr. Deni Schwartz — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

O nosso Estado, Quinta Província, sob a orientação do Invertentor, nada mais faz do que receber o tratamento centralizado da economia brasileira.

Disse muito bem V. Exa. que não existe — e que dia a dia, diminuem os créditos para a pequena e para a média empresa, para o nosso agricultor, para o nosso ilustre comprador de sua casa própria, eis que, até hoje, passado mais de um mês, do anúncio feito na televisão com grande publicidade e que passaria o BNH a financiar casas com mais de um ano de alvará, de habite-se. Até hoje a Caixa Econômica não está financiando ninguém. Se restringe o crédito ao particular, à pequena e à média empresa. Mas, Deputado Bernardi, não se restringe os créditos aos grandes grupos multinacionais que se instalam neste País.

A Philips Morris, com dinheiro paranaense, aí está instalada, mandando lucro para o exterior; a Fiat, com dinheiro brasileiro e mineiro está a vender estas porcarias de automóveis que estão nas ruas, como o Volkswagen que ontem — e merece até um aplauso a COPEL — porque a COPEL com um poste, conseguiu dividir um carro da Volkswagen em dois; matando duas pessoas. E veja que está nos jornais, Sr. Deputado, consta lá, um carro, que segundo testemunha estava a 60 quilômetros por hora, colidiu com um poste; e a fotografia é altamente significativa. Além de se ter de lamentar profundamente a perda da vida de duas pessoas, está lá a fotografia a mostrar um carro Volkswagen, um Passat, dividido em dois, uma parte a quatro metros da outra.

Veja, Sr. Deputado, o que fazem as multinacionais com as nossas vidas. Nós que também andamos de carro; veja, Sr. Deputado, que estes homens com dinheiro brasileiro — porque para se comprar um carro, se vai a qualquer banco e se consegue financiamento imediatamente. E eles conseguem tudo neste País, enquanto que o lavrador — o lavrador de Francisco Beltrão que não pode plantar trigo, porque não chovia na minha região e que só agora, há dois dias, que começou a chover, e que correu ao Banco do Brasil para receber o financiamento, não tem mais financiamento para plantar trigo; trigo que nos faz falta, para termos nossas divisas.

Veja, Sr. Deputado, que tratamento madrasta dá este governo que aí está; governo prepotente, Governo que sabe tudo; Governo que não dialoga; Governo que pensa que é Governo do povo, mas que povo não tem. Tanto que teme o povo, que não admite uma consulta através de eleições diretas e livres.

Portanto, Sr. Deputado, o Sr. traz a esta Casa, um tema que deveria ser discutido, se permitido fosse nas universidades; mas a polícia não deixa; existe um fantasma que manda e a polícia obedece; ninguém sabe quem manda. Este tema deveria ser discutido em todas as casas, na televisão, debates, para acharmos uma solução para este Brasil; para vermos estes banqueiros neste País que estão a se locupletar porque eles, na verdade, mancomunados com as multinacionais e com o monopólio dos sistemas financeiros nacionais, estão a sangrar este País.

Vejam os fundos mútuos de investimento! Vejam o que gasta um órgão estadual, com o Banco do Estado do Paraná para que se aplique nele o Fundo 157! Paga-se um cruzeiro no 157 mas se recebe — segundo consta na Bolsa de Valores — 78 centavos por ação.

Onde estão os grandes lucros que os banqueiros estão tendo? Provavelmente em outros bancos, provavelmente na Suíça para que não possamos denunciar o que ocorre com essa casta que hoje invade o País e que é a casta dos banqueiros. E hoje são muito bem representados por um deles no Ministério de Finanças.

Obrigado.

O SR. RENATO BERNARDI — Agradeço o aparte de V. Exa.

Devo dizer que quando V. Exa. se refere ao governo do povo, só entende um governo do povo quando sua fonte de poder vem por meio de eleições livres e diretas.

Mas, Sr. Deputado Deni Schwartz, esse mesmo governo que deseja 18 bilhões de cruzeiros dessas instituições financeiras a Fundo Perdido, para que essas mesmas instituições financeiras conseguissem tornar o dinheiro hoje no País na mercadoria mais cara que existe, com juros superiores a 48 por cento ao ano.

Uma verdadeira usura, uma verdadeira usurpação!

Mas, o Paraná, em sua destinação agrícola, tem grande parte de suas terras cobertas por água que vão gerar energia elétrica. Mas, não recebem os paranaenses a devida compensação, a devida indenização, exatamente pela ausência de produção dos 60 mil alqueires, cobertos pelas águas, fazem com que o Paraná deixe de produzir.

E se houve uma indenização para os proprietários individuais, esqueceu-se o Governo do Paraná de exigir também uma contra-partida, também uma indenização como contribuição social em razão da produção cessante pela cobertura das águas, no Norte do Paraná.

Mais uma vez, observando o quadro em torno de polos desses campos, São Paulo passa a drenar a economia paranaense em seu benefício, a seu favor. E o Norte do Paraná que enfrentou essa grande epopéia da ocupação organizada do espaço, continua sendo apenas, e tão somente, uma região periférica, com produção e com o resultado dessa produção drenado para o engrandecimento, para o fortalecimento do eixo São Paulo-Rio.

E isso, Sr. Deputado, não está certo.

Cada povo que produz deve ter o direito de usufruir os benefícios de sua produção, tanto na sua transformação, quanto na sua comercialização, mas também na reversão dos benefícios sociais da produção.

E nós que produzimos ao ponto de sermos considerados "celeiro do Brasil e do mundo", que contribuimos com 18 por cento das receitas cambiais brasileiras, vemos, entretanto, que tudo isso é depois aplicado na importação de bens de capital, para enriquecer, para fortalecer o triângulo São Paulo-Rio-Belo Horizonte.

E o Paraná, na sua destinação histórica, determinada pelos homens que ocupam, hoje, o poder, obrigado a produzir matéria-prima destinada apenas a aplicar no setor primário.

O Sr. Luiz Roberto Soares — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). — Embora tenha chegado ao plenário depois de V. Exa. ter iniciado seu pronunciamento, não pude captá-lo globalmente.

Todavia, quero fazer alguns observações: a primeira delas, referente a um aparte do nobre Deputado Deni Schwartz, em que ele, com muita justeza, investia contra as multinacionais. Comungo do mesmo pensamento, embora não tenha ainda elementos suficientes para chegar a uma convicção plena. Estou inclinado a aceitar as multinacionais como perniciosas ao País.

Todavia, no caso específico da indústria automobilística, presumo estar o nobre Deputado Deni Schwartz, pelo menos mal informado, porque o atual Governo tem sido extremamente rigoroso com a indústria automobilística, tanto é assim, que, esta, investe, hoje, furiosamente também contra o Governo Federal, porque o Governo tem bloqueado a atuação desta indústria, exatamente pretendendo cercear malefícios que ela vinha acarretando ao País.

De maneira que, o Governo faz hoje exatamente o que o nobre Deputado propõe.

Mais ainda: com relação ao crédito agrícola, é preciso diminuir um pouco a ingerência nacional do Banco do Brasil neste episódio, porque, na realidade conforme nota oficial do próprio Banco do Brasil, o que se vai fazer é um remanejamento, uma maior racionalização da aplicação do crédito agrícola, e evitar que ele entre com uma componente inflacionária, porque,

sabe V. Exa. e sabem todos os Srs. Deputados, o Banco do Brasil é o maior investidor agrícola do mundo, o Banco do Brasil já investiu, na agricultura, 10 bilhões de dólares, uma cifra muito acima do que aplicam os países desenvolvidos.

Eu só queria fazer uma observação com referência a aspectos de que o Governo Federal aplica no eixo São Paulo-Rio de Janeiro-Belo Horizonte, que é uma possível contradição.

Na realidade, malgrado — é preciso examinar — mas, malgrado seja verdadeiro a assertiva de que os investimentos públicos básicos sejam alocados nesse triângulo, não obstante isso, nenhum Estado da Federação dispõe de melhores condições econômicas e financeiras, do que o Paraná, hoje, no quadro federativo brasileiro.

De maneira que essas observações de V. Exa., embora muito bem colocadas, talvez estejam a requerer maior profundidade, maior meditação, porque a grande realidade é a que o Estado do Paraná que responde por uma receita cambial da ordem de 18 por cento, segundo V. Exa., é um Estado que tem um percentual relativamente alto no quadro demográfico brasileiro, talvez tenha a maior taxa de explosão demográfica, e isto é um aspecto importante no quadro econômico, mas não obstante tudo isto, é um Estado que tem melhores condições em todo o País, hoje, razão pela qual eu acredito que, afinal, o Poder Central não tenha sido tão severo com o Paraná como pretende V. Exa.

O SR. RENATO BERNARDI — Nobre Deputado Luiz Roberto Soares, V. Exa. mesmo concorda conosco, quando nós afirmamos que o Paraná ocupa uma posição definida e muito clara no contexto nacional.

O Paraná não pretende, do Governo da União, um tratamento privilegiado e favorecido; o Estado do Paraná não pretende que a União releve interesses de outras regiões, a seu favor. Nós apenas pretendemos que exatamente haja uma exata proporção entre a capacidade de produção do nosso Estado, o potencial que ele apresenta à Nação. Mas, que seja garantido também ao povo paranaense o direito de usufruir o seu sistema de produção até a última fase, até o último instante.

E, quando nós abordamos o problema da ocupação do espaço norte paranaense através do café, é preciso que fique claro que a cultura do café é uma cultura altamente predatória para a terra, como tem sido até hoje, pela implem necessidade de se evitar a competição de umidade entre outras plantas. O espaço deve ficar totalmente livre. E, com a tradicional plantação em quadrado do café, é claro que a terra sofre um processo constante, gradativo e acelerado de erosão. Haja vista o Noroeste do Estado que há 20 anos atrás estava coberto por cafezais de grande produção e, hoje, entretanto, oferece ao Estado do Paraná, um problema sério, qual seja, de, ao menos tentar ser detida a avalanche da erosão.

Então, é preciso que esta produção que representa muito para a pauta de exportação do Brasil, tenha também uma contra-partida, para que os nossos recursos naturais, renováveis ou não renováveis, sejam resguardados e sejam garantidos.

Mas, se nós falamos sobre as terras que deixam de produzir por estarem sendo ocupadas por águas que vão fornecer energia elétrica para as Centrais Elétricas de São Paulo, nós vamos além: o Paraná também sofre com o famoso e famigerado turismo do trigo. Chama muito a atenção, mas não é apenas o turismo do trigo.

Tanta e tanta matéria-prima produzida no Paraná, não havendo um esforço estadual, para que aqui haja transformação dessa matéria-prima, nós estaremos sempre fornecendo subsídios para o enriquecimento e fortalecimento do eixo São Paulo-Rio.

Veja bem V. Exa. que, numa safra normal, do café do Paraná, estando alguém das expectativas, uma safra de apenas 8 milhões de sacas, com o atual confisco cambial de quase 140 dólares a saca, isto representará uma quebra para a econo-

mia paranaense que cerca de um bilhão e duzentos milhões de dólares anuais, que, transformado em cruzeiros, a cerca de 14 cruzeiros o dólar, hoje, vai a cerca de 17 a 18 bilhões de cruzeiros.

E, é claro, que nós não temos nessa contra-partida reinvestida e aplicada no Paraná, mas o café representa um grande desgaste para as terras paranaenses.

Em vista disso, nós observamos que o poder decisório, no campo econômico, cada vez mais, deixa de pertencer aos paranaenses, para estar sempre fora do Paraná. Eu me lembro... O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência lamenta informar V. Exa. que os 30 minutos do Grande Expediente já se esgotaram. Todavia, se a Liderança do MDB concordar, a Presidência poderá deferir a V. Exa. os 15 minutos que, regimentalmente, são dedicados ao Movimento Democrático Brasileiro.

A Presidência lhe confere a palavra nos 15 minutos destinados ao Partido.

O SR. RENATO BERNARDI — Eu bem me lembro que há cerca de 10 ou 12 anos atrás, o Paraná tinha, por exemplo, cerca de 15 bancos a estimular e a representar a pulsação econômica deste Estado. Em razão, claro, de uma política global do Governo Federal, esses bancos, esses agentes financeiros, foram se fundindo, foram perdendo seu controle acionário, e hoje o Paraná tem apenas um banco eminentemente paranaense.

Toda a economia do Norte do Paraná, especialmente, é financiada, é estimulada e é incentivada por bancos cujo poder decisório ou está em São Paulo, ou está em Minas Gerais, ou está no Rio de Janeiro.

Isto, indiscutivelmente, representa uma gradativa perda de autonomia para o Estado do Paraná. Representa uma gradativa perda de autonomia para o povo paranaense.

Porque era importante que nós pudéssemos, em aplicando os nossos recursos aqui no Estado, ter também o poder destes órgãos neste Estado.

E é claro que uma questão que nós levantamos superficialmente nesta tribuna, deve merecer por parte desta Casa, deve merecer por parte dos paranaenses, um estudo bem mais aprofundado.

Mas uma coisa fica muito clara, o Estado do Paraná contribui em muito para o engrandecimento da União e não tem recebido da União o mesmo tratamento recíproco, o mesmo tratamento que nós damos ao engrandecimento do País.

O Sr. Luiz Roberto Soares — V. Exa. me permite um aparte?

O SR. RENATO BERNARDI — E a destinação de um Estado não pode ser obra de um simples fatalismo, mas ela dependerá, em muito, da disposição de seus homens em, aproveitando as suas tendências, traçar o destino e conduzir a sua economia, a sua atividade para um determinado rumo, que não poderá depender apenas do acaso, apenas de tendências naturais.

Tem o aparte, V. Exa.

O Sr. Luiz Roberto Soares — As denúncias que V. Exa. faz, por coincidência já tive oportunidade de fazer há quatro anos atrás, achando que realmente não havia reciprocidade entre União e Governo do Estado do Paraná.

Todavia, é preciso ressaltar agora que houve uma progressiva neste intercâmbio, Estado-Federação, Estado-União, União-Estado.

Quando eu fiz a mesma denúncia que V. Exa. faz hoje, o Governo Federal havia feito em todo o território paranaense dezoito quilômetros de estradas através do DNER. Hoje, já estão programados mil quilômetros. O Governo Federal não havia dado nenhuma contribuição para a educação paranaense e está aqui o ex-Secretário que por certo comprovará, e hoje, o Governo Federal, já investiu no Paraná, exatamente quinhentos milhões de cruzeiros, se não mais, numa mensagem que está aqui pedindo nova autorização. O Plano FAAZ deverá investir,

até o final deste ano, cerca de 850 milhões de cruzeiros, vale dizer quase um trilhão de cruzeiros antigos. E me parece que o Governo Federal já está sensibilizado, já está disposto a dar ao Paraná o que o Paraná efetivamente merece.

Com relação a ausência de bancos paranaenses, eu diria a V. Exa. que isso, em primeiro lugar, decorreu de uma imposição da própria realidade. O Paraná nunca se caracterizou, no quadro federativo, por dispor de grupos econômicos poderosos.

E, por outro lado havia, na minha opinião, corretamente, a orientação do Governo Federal, no sentido de que se aglomerassem, porque pequenos estabelecimentos de crédito, evidentemente, são inviáveis dentro da estrutura capitalista que pretende ser moderna. Neste episódio não parece que o Governo tenha alguma responsabilidade pelo fato do Paraná dispôr, hoje, de apenas um grupo poderoso na área privada e de um banco estatal que cresce a passos largos para se consolidar no mercado bancário nacional.

O tema que V. Exa. levanta daria margem a diversas observações, mas faço pequenos reparos para que possamos encontrar uma diretriz e para que fique clarificado que a União tem ultimamente dado uma contribuição que me parece razoável. Pode estar aquém do que merece o Paraná, mas é razoável e é possível que no decorrer dos próximos anos esta contribuição seja mais acentuada.

O Sr. Gabriel Sampaio — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). — Apenas ouvia as suas palavras, mas desde que fui, de certa forma citado pelo Líder do Governo e da ARENA, Luiz Roberto Soares, tenho que fazer um reparo.

Acho que hoje realmente a situação melhorou bastante, uma vez que temos no Ministério da Educação, no setor específico da Educação, um paranaense. No tempo em que exerci o cargo de Secretário da Educação do Estado, já disse e volto a repetir, a situação era até vexatória. Dei naquela ocasião um exemplo, que repito agora, da loteria esportiva com verba destinada ao esporte amador. O Paraná recebeu em 73, um milhão e meio de cruzeiros quando, na mesma época, o Colégio Militar de Curitiba recebeu três milhões de cruzeiros para o seu Centro Esportivo. Naturalmente não é preciso ressaltar que uma verba de um milhão e meio de cruzeiros para o Estado do Paraná, é praticamente insignificante.

Uma vez que desconheço hoje os recursos que vêm da União ao setor da Educação no Paraná, neste aparte quero lembrar a todos os Deputados, que o Ministro Ney Braga, hoje representando o nosso Estado na União, ainda não — e espero que isto aconteça ainda em seu mandato — federalizou as nossas três universidades — Ponta Grossa, Londrina e Maringá, o que já foi objeto de pedidos, de solicitações, de requerimentos, de Comissões por parte desta Assembléia e de todo o Estado do Paraná.

Espero que o Sr. Ministro da Educação ainda lembre o seu Estado e que, antes de sair do Ministério, possa realmente exercer da sua importância, de sua condição de Ministro e possa dar ao Paraná um ato substancial como seria este da federalização de nossas Universidades.

Agradeço o aparte que V. Exa. me concede e apenas interfere porque o nosso Líder me citou e acho que realmente hoje — e não vim desmentir, mas reparar — acho que hoje a situação mudou substancialmente.

O SR. RENATO BERNARDI — Agradeço os apartes do Líder do Governo e do nobre conterrâneo Luiz Gabriel Sampaio e devo dizer que se o tratamento da União, segundo o dizer do Deputado Luiz Roberto Soares, tem melhorado para com o Paraná é preciso que seja definida uma situação em que o Paraná tenha por direito, e não por favor, aquilo que é seu.

Ao passo que tantas e tantas Empresas paranaenses vão se descapitalizando e perdendo seu controle a favor de grupos externos em relação ao Paraná, é preciso que haja uma contrapartida e, quem sabe, entre outras, a grande contrapartida

fosse ao menos a federalização das três Universidades do Paraná, porque é o único Ministério que está nas mãos de um paranaense.

O Sr. Deni Schwartz — V. Exa. me permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Bernardi, na verdade nós, há poucos dias tivemos a felicidade e infelizmente logo depois com um desmentido, de lermos no prestigioso jornal "O Estado de São Paulo", uma pequena nota que dizia que o Paraná sozinho, estava recebendo do Governo Federal na área de educação um milhão e duzentos mil cruzeiros e que o segundo Estado a receber verbas do Ministério da Educação era o Estado do Espírito Santo, com importância de aproximadamente trezentos milhões. Um milhão e duzentos mil cruzeiros para o Estado do Paraná e em segundo lugar trezentos milhões para o Espírito Santo.

Estranhamos e, a bem da verdade, devemos declarar que realmente o Estado do Paraná está recebendo verbas do Ministério da Educação. Mas estranhamos a diferença, pois somados todos os outros Estados somente o Estado do Paraná, sozinho, estava recebendo 50 por cento. E o desmentido veio logo depois quando comentávamos a notícia, e recebíamos a confirmação de que aquilo era meramente uma jogada política para desprestigiar o Ministro da Educação na sua possível vontade de disputar cargo do Executivo Federal. E que, na verdade do Estado do Paraná não estava recebendo aquela importância e sim uma importância menor.

Mas, eu quero me solidarizar com o aparte do Deputado Gabriel Sampaio, pois na verdade a federalização da Universidade de Londrina, de Ponta Grossa e de Maringá trará para nós, paranaenses, permanentemente uma injeção em nosso orçamento e que este ano por exemplo, na ordem de cento e cinquenta milhões de cruzeiros e todo o ano o Paraná deixará de gastar no ensino de segundo grau esses cento e cinquenta milhões de cruzeiros.

É isso que nós esperamos que o Sr. Ministro faça. É um presente permanente; presente, não, pois por merecimento o nosso Estado deve receber essa contribuição.

De outra parte, o nobre Deputado Luiz Roberto Soares disse que as circunstâncias mudaram hoje e eu estou lembrado de um brilhante pronunciamento que ele fez com a mesma veemência que V. Exa. faz hoje, reclamando um melhor atendimento do Governo Central para com o Paraná. Mas ele disse que estão programados cerca de mil quilômetros de estradas, este ano, para o nosso Estado. Eu sou descrente, porque no primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento estavam programados dois mil quilômetros de estradas. Foram executados os dezoito que o nobre Deputado falou. No segundo Plano Nacional de Desenvolvimento estava a construção da Estrada de Ferro Curitiba-Paranaguá, que todos sabem, saiu da prioridade. Estava a estrada Guarapuava-Cascavel-Foz do Iguaçu e já saiu do Plano. Estava na minha região a estrada Marmeleiro-Barracão, que já saiu do Plano.

Então, em termos de Governo Federal eu prefiro medir a estrada depois de pronta, pois nem a estrada daqui a Campo Largo nós temos perspectivas de um final. A estrada daqui a São Paulo está sendo altamente questionada. Então, em matéria de Governo Federal eu prefiro aguardar a estrada pronta e não em programa. Ressalto e por isso ressaltei, em matéria de Governo Federal. Prefiro até, com toda a oposição que tenho feito ao Governo Estadual os programas estaduais relacionados a construção de estradas.

O SR. RENATO BERNARDI — Agradeço o aparte de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência lamenta informar a V. Exa., Sr. Deputado, que o tempo que lhe é reservado, já se esgotou e lhe concede mais dois minutos para concluir.

O SR. RENATO BERNARDI — Agradeço a V. Exa., Sr. Presidente.

Devo inclusive dizer que, em relação a esta estrada São Paulo-Curitiba, dizem que é a Estrada do Século. Mas significa exatamente que é a Estrada do Século, porque ela deve completar um século de existência de construção, reparo e reconstrução e acho que não vai pronta nunca.

O Sr. Fidelcino Tolentino — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). — Quero lembrar a V. Exa. e agradecer este aparte que V. Exa. me concede no final do seu pronunciamento. Que no meu entender, é altamente significativo para o Estado do Paraná e para as consciências públicas deste Estado.

Eu penso que realmente assiste inteira razão a V. Exa. porque o Paraná hoje, contribui com mais de 40 por cento — só o Estado do Paraná, em termos de exportação de produtos agrícolas. E isto representa nesse setor, em termos globais, em termos federais da agropecuária, 67 por cento das exportações brasileiras. É de se ter um pouco de cuidado, com a progressão dos fatores econômicos estaduais; e é de inteira relevância que se abordem temas dessa natureza, porque as vozes dos representantes do Paraná precisam se fazer ouvir; de uma forma ponderada, de uma forma racional, de uma forma de representatividade, como se faz nesse parlamento. Congratulo-me com V. Exa. e deixo de expender outras informações e outros subsídios ao seu pronunciamento, por falta de tempo.

Agradeço a V. Exa. e deixo aqui também a lembrança de que o Oeste do Paraná é mais modesto na reivindicação. Enquanto Ponta Grossa, Londrina e Maringá reivindicam a federalização; o Oeste do Paraná apenas deseja um pouco de ajuda do governo estadual e federal, para a sua eventual Universidade, que hoje está sendo feito a nível do município de Cascavel e dos alunos particulares.

Obrigado.

O SR. RENATO BERNARDI — Eu agradeço o aparte de V.

Exa., e vou concluindo, dizendo que enquanto nós lutamos pela federalização das três universidades, jamais este Poder Legislativo poderá negar ao Oeste do Estado, o direito à sua Universidade. E concluo o meu pronunciamento afirmando a esta Casa: nós temos que estar atentos e vigilantes, porque efetivamente estamos observando um esvaziamento da economia paranaense e, acima de tudo, uma descapitalização da suas empresas. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência registra com satisfação a presença neste plenário, do Sr. Dorval Emídio dos Santos, Dd. Prefeito Municipal de Altônia. Registra igualmente com satisfação a presença do Sr. Thomé Gabriel Sobrinho, Dd. Prefeito de Guaraqueçaba, que se faz acompanhar pelo Sr. Geremias Correa, Dd. Vice-Prefeito Municipal. De igual forma, a Presidência registra com imensa satisfação a presença dos Senhores Estudantes, membros da Diretoria da UPES.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, Dd. Líder da Aliança Renovadora Nacional.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A propósito de notícia publicada pela imprensa, de que violações aos direitos elementares do homem, estariam ocorrendo no Sistema Penitenciário do Paraná, recebo e leio em seguida, ofício do Exmo. Sr. Secretário de Justiça, Dr. Túlio Vargas, que passo a ler neste momento.

"Tendo conhecimento dos termos do abaixo-assinado subscrito por internos da Prisão Provisória de Curitiba, segundo os quais estariam ocorrendo irregularidades e excessos naquele presídio, venho solicitar de Vossa Excelência o apoio da banca da maioria para qualquer iniciativa parlamentar que pretenda apurar as referidas alegações.

Esta Secretaria tem desenvolvido esforços para humanizar a execução penal e entende de seu dever investigar quaisquer atos que contrariem a política de respeito à dignidade e integridade do homem que delinqüiu.

Além dos mecanismos próprios de que dispõe esta Pasta para a elucidação dos fatos, julgo imprescindível a colaboração desta Câmara, para através dos meios que entender, adotar, proceder também a fiscalização da administração penitenciária, sempre na defesa dos direitos e garantias individuais inscritas na Constituição Federal.

Todas as denúncias devem ser apuradas, no caso atual, porém, devem ser recebidas com reservas, pois parte, justamente, de presos de mais alta periculosidade. É fácil verificar a repetição de assinaturas algumas, com grosseiras falsificações. Os primeiros signatários, compunham uma quadrilha responsável por seqüestros, assaltos à mão armada e que no final de 1976, logrando fuga da Penitenciária Central do Estado, com outros marginais, cometeram dezenas de crimes de morte no Paraná, e em outros Estados. Há erros grosseiros e contradições que comprometem a autenticidade dos documentos. A galeria denominada "fundão" é constituída de celas individuais, de máxima segurança, destinada aos presos considerados altamente perigosos e nocivos à população carcerária.

Valho-me da oportunidade para renovar a V. Exa. e aos demais Deputados, os meus protestos de alto apreço e distinta consideração".

Para deixar claro de que o Governo do Estado do Paraná, não patrocina nem por ação e nem por omissão, qualquer violação a tais direitos, procurarei o Exmo. Líder da bancada da Oposição, para que, juntos, venhamos a propor uma Comissão Especial, no sentido de verificar as denúncias trazidas a público por alguns internos da Penitenciária Central do Estado do Paraná.

Era só.

Ocupará o restante do horário o nobre Deputado Ezequias Losso. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Com a palavra o Sr. Deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A juventude brasileira, notadamente, os estudantes paranaenses, acompanham com vivo interesse os acontecimentos, participando, também com suas opiniões, na formação do espírito patriótico que nos une. Nesta sessão, recebe esta Casa, a visita de representativa delegação de jovens idealistas que estudam em diversos estabelecimentos de Ensino do nosso Estado, colaborando também com as respectivas comunidades em que vivem, no sentido do fortalecimento dos ideais democráticos.

Esta delegação, Sr. Presidente, Srs. Deputados, está formada por José Cláudio Pereira Netto, Presidente da União Paranaense dos Estudantes de primeiro e segundo graus, representante de Maringá; por Valdir Perondi, Vice-Presidente da União Paranaense dos Estudantes de primeiro e segundo graus, representante de Medianeira; Nilton Detoni, Secretário de Coordenação, que representa o município de Pato Branco; Neucir Augusto Battiston, Secretário de Expediente, representante de Dois Vizinhos; Celso Ceccatto, Secretário de Finanças, que representa o município de Toledo; Luiz Antônio Siqueira, Assessor de Relações Externas, representando Cascavel; Luiz Fernando Esteche, Diretor do Departamento de Imprensa, Esporte, Cultura, representando Guarapuava; Adilson Feiber, Diretor do Departamento de Patrimônio, representando Campo Mourão; Valmor Frasson, Diretor do Departamento de Identificação, representando Toledo; Eli Correa Fernandez, Assessor Jurídico da UPES, ex-Presidente do DCE da Universidade Católica do Paraná, que representa Curitiba; Saudir de Paula, Vice-Presidente da União de Estudantes de Medianeira; Edelson Tomazeli, representante de Medianeira; Nelso Carleto, também de Medianeira.

Com muita propriedade, esses líderes, juntamente com outros, traduzem a verdadeira posição da importante classe dos estudantes de primeiro e segundo graus do Estado do Paraná,

num manifesto em que se verifica a demonstração de elevada consciência democrática. Manifesto esse que está assim redigido:

"Queremos posições lúcidas e não posições inspiradas por pessoas alheias à Classe Estudantil Brasileira. Por isso é que vimos, de público, dizer que:

O País, ultimamente, tem sido sacudido, nas capitais estaduais, por rumorosas manifestações estudantis eclodidas principalmente nos meios universitários. Têm vinculado vários manifestos, endossados por Diretórios Acadêmicos, onde se propugna por algumas reivindicações justas e que merecem ser atendidas pelas autoridades constituídas. Infelizmente, a essência desses reclamos tem se voltado para problemas que fogem da alçada reivindicatória estudantil. Não podemos concordar que se pleiteie "anistia geral" a todo e qualquer político, preso ou cassado; é intolerável que se diga que vivemos numa ditadura massacrante, que vivemos sob opressão e sob um regime de medo. Não podemos aceitar que se procure confundir e distorcer a opinião e a consciência estudantil, jogando-as contra a administração deste País. Não podemos aceitar que as lideranças estudantis do Brasil possam ser inspiradas por ideologias espúrias e contrárias à índole cristã e pacífica do nosso povo. É entristecedor, e mesmo aterrador, o cordão de conclusões que pode nos levar a imaginar a infiltração de pessoas totalmente estranhas no meio estudantil brasileiro, instigando posições divergentes e dissidentes, procurando seduzir com visões messiânicas, no inqualificável afã de buscar propagandistas e adeptos a um regime político e econômico que prega a igualdade e felicidade comum, mas que na prática avilta a iniciativa particular, subjugando-a aos interesses estatais, massacrando, principalmente, as liberdades espirituais e o direito de crer em Deus. Preferimos continuar no lado de cá do rio, onde a liberdade e a democracia fazem do regime Ocidental, no momento, a melhor opção para quem queira realmente trabalhar e progredir, num País como o Brasil, onde ninguém é obrigado a trabalhar unicamente para o Estado, mas para si, com reflexos comuns, conquistando o direito do progresso sócio-econômico, na medida da capacidade, da fé, do entusiasmo e da força criadora de cada um.

Por isso, não apenas lamentamos, como repudiamos estes acontecimentos de orientação desgraçadamente externa, que tem buscado tumultuar o estudante brasileiro, fazendo-o esquecer de apelar por métodos mais inteligentes no sentido de buscar solução para os problemas que afligem a nossa classe. Há o diálogo, porém, poucos se lembram disso. Preferem advogar aos berros, confundindo os interesses da classe com interesses estranhos a ela, e com isso, todos saem perdendo. As aulas são conturbadas; muita gente que chamaríamos de "inocente útil" é envolvida, com sérias conseqüências, sem nem ao menos saber porque e o que está fazendo no meio dessas manifestações. E, como se não bastasse, lideranças estudantis acabam sendo ludibriadas, às vezes na melhor boa fé, ao ponto de subscritarem a recente Carta entregue à esposa do Presidente dos Estados Unidos da América, onde se reclama direitos humanos e outras coisas mais, o que competiria, não somente aos estudantes, mas principalmente à classe política advogar, dentro de nossa própria nação, consoante as ocorrências, neste aspecto registradas.

São fatos assim, manifestações inconseqüentes como esta, que nos obrigam a sair em campo para esclarecer ao povo brasileiro que nem todos os líderes estudantis servem de "inocentes úteis" para advogar causas espúrias e indignas para nosso País. Muito pelo contrário, a nossa UPES está preocupada em dar à Classe que representa, formação, estrutura e segurança, imprescindíveis para os encargos comunitários que a esperam. E, no silêncio, temos feito muito mais que os berros de universitários mal orientados e "bem utilizados" por interesses externos e estranhos ao nosso meio... Ora, se há problemas no Brasil, isto é coisa nossa. Deve ser resolvida aqui dentro, pelas nossas li-



deranças, sem ingerências externas.

Somos um País em desenvolvimento, com vários problemas, mas ninguém pode negar que caminhamos, paulatinamente, para sermos uma das principais potências do mundo. Como estudantes, devemos opinar, devemos nos manifestar, mas jamais da forma como está acontecendo. Jamais deixando pressupor que há orientações espúrias, que advogamos como "inocentes úteis", reivindicações de setores que dariam a própria vida, próprio sangue para presenciarem, triunfantes, a derrocada total e a queda ideológica de um país como o nosso, que começa a merecer o respeito do contexto internacional.

Acima de tudo, colegas estudantes e líderes da nossa geração jovem, sejamos coerentes, sejamos brasileiros, sejamos lúcidos e ajudemos de forma altamente patriótica a construir o país com o qual tanto sonhamos, banindo do nosso meio ideologias e pessoas estranhas à nossa nacionalidade, pois somente assim teremos um país cada vez mais autônomo.

Curitiba, junho de 1977".

Assinam todos os componentes da Diretoria Executiva da UPES, União Paranaense dos Estudantes de primeiro e segundo graus, juntamente com o Assessor Jurídico da UPES, Eli Correa Fernandez.

Concedo o aparte ao nobre Deputado Adalberto Daros.

O Sr. Adalberto Daros — Nobre Deputado Ezequias Losso, escutei com atenção o seu pronunciamento e a leitura desse manifesto que não aceito. E, me surpreendi, meu caro nobre Deputado, porque eu conheci, na União Paranaense de Estudantes, uma posição completamente diferente na época e, esta época, era após 64.

Não vou contestá-lo, quero apenas requerer ao Sr. Presidente Ivo Thomazoni, que me seja fornecida uma certidão de inteiro teor do pronunciamento do Deputado Ezequias Losso, para que eu saiba, Sr. Presidente, quem estava e quem está hoje, do lado do rio, certo. Razão pela qual requeiro, Sr. Presidente, uma certidão do pronunciamento do Deputado Ezequias Losso para que se saiba, não sei quando, quem estava do lado certo do rio.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência lamenta informar o eminente Deputado que o tempo, regimentalmente, concedido ao Partido, já se esgotou e lhe concede mais 2 minutos para concluir.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Concedo o aparte ao eminente Deputado Luiz Gabriel Sampaio, pelo princípio e tendo em vista o nobre Deputado Adalberto Daros haver usado da palavra, portanto, pelo princípio de igualdade de representações, concederei aparte a V. Exa.

O Sr. Gabriel Sampaio — Nobre Deputado Ezequias Losso, eu teria muita coisa a falar, porém como restam apenas 2 minutos, vou somente citar o seguinte fato:

Há dias atrás eu lia numa revista nacional, a queixa profunda de ilustres escritores portugueses que, após 40 anos de repressão e censura, lamentavam-se que, agora, num país em que gozam de liberdade, eles não tenham mais condições de criar obras de arte, porque eles, infelizmente, após 4 décadas fazem a própria auto-censura.

Eu lamento, Sr. Deputado, profundamente, o manifesto dos meus queridos estudantes. Eles realmente, assim como existe uma terminologia tida hoje como do Partido Comunista, nós também enxergamos com muita nitidez, uma terminologia super, hiper reacionária, que dá aos nossos jovens uma visão distorcida da realidade.

Infelizmente eles também, por estarem vivendo já uma década e pouco sob um regime, não têm condições, hoje, de vislumbrar o outro lado do rio.

Muito obrigado.

O Sr. Del Ciel — V. Exa. me concedo 5 segundos?

O SR. EZEQUIAS LOSSO — (Soam os tímpanos). — O Sr.

Presidente faz soar os tímpanos, nos conclamando, lamentavelmente, a que concluamos.

Lamento não poder dar o aparte a V. Exa. nesta oportunidade, o que eu faria com todo o prazer, se tempo houvesse.

Mas, Sr. Presidente, apenas concluindo devo dizer que a manifestação dos estudantes secundários é autêntica porque é feito, este manifesto, pelas lideranças legalmente constituídas, com o consenso de estudantes de todo o Estado do Paraná.

E devo dizer ainda ao Deputado Adalberto Daros e lembrá-lo que as nossas posições na União Paranaense dos Estudantes foram sempre posições definidas, ao lado do melhor senso democrático, e achamos justo que, todas as demonstrações públicas dos estudantes, sejam trazidas ao conhecimento desta Casa, porque outros manifestos já foram lidos, foram documentados, outras manifestações estudantis foram comentadas aqui nesta Casa. E por que não comentar as manifestações dos nossos estudantes secundários?

Por quê?

Fica esta pergunta, para ser respondida pelos Srs. Deputados, individualmente. — (Sem revisão do orador).

O Sr. Osvaldo Macedo — V. Exa. permitiria um rápido aparte? O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência poderá inscrever V. Exa. em Explicações Pessoais, se assim o desejar.

O SR. OSVALDO MACEDO — Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência registra, com satisfação, a presença nesta Casa, do Sr. Mauro Labegalini, digníssimo Prefeito Municipal de Kaloré, a quem apresenta suas homenagens.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 49 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

3ª Discussão do Projeto de Resolução número ...

O SR. MUGGIATI FILHO — (Pela ordem). Sr. Presidente, como se verifica facilmente, parece que a eminente bancada da Aliança Renovadora Nacional está ausente do Plenário, razão pela qual requereria a V. Exa., ressalvada a ilustre figura do seu Líder e do Deputado Gabriel Sampaio e demais membros da Mesa, eu requereria a V. Exa., chamada nominal dos Srs. Deputados, pedido que tem sido usado costumeiramente, pela mesma bancada.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência acolhe a solicitação regimental do eminente Deputado Muggiati Filho, e solicita, depois de soada a campainha, que o Sr. Primeiro Secretário proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados, para a constatação de quorum.

(É soada a campainha). — (Pausa).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Estão presentes 33 Srs. Deputados. Há quorum para deliberação.

A Presidência interrompe a votação para anunciar a presença neste Plenário, do Sr. Rodney Kalil Abraão Jayme, digníssimo Prefeito Municipal de Piraí do Sul.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 07/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 53/77, ex-Proposição número 262/77 — aprova o convênio celebrado pelo Governo do Paraná, através da Secretaria de Administração, com o município de Campo Mourão, objetivando execução de reparos em próprios estaduais. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 42/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 12/77, ex-Proposição número 173/77 — aprova termo de re-



ratificação ao convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, com o Município de Rondon, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA — APROVADO.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 43/77, de autoria da CCJ, Mensagem 13/77, ex-Proposição 174/77 - encaminha termo de re-ratificação ao convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná e o Município de Tapejara, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA. APROVADO.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 44/77, de autoria da CCJ, Mensagem 16/77, ex-Proposição 177/77 - aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o município de Icaraíma, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ, CF. e C.O.P.T.C., por unanimidade.— APROVADO.

da CCJ, Mensagem 17/77, ex-Proposição 178/77 - aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Nova Londrina, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.— APROVADO.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 46/77, de autoria da CCJ, Mensagem 19/77, ex-Proposição 180/77 - aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de CRUZEIRO DO OESTE, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.— APROVADO.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 47/77, de autoria da CCJ, Mensagem 21/77, ex-Proposição 182/77 - aprova termo de re-ratificação ao convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Umuarama, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede daquela comuna. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.— APROVADO.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 49/77, de autoria da CCJ, Mensagem 24/77, ex-Proposição 185/77 - aprova termo de re-ratificação ao convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Altônia, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA. APROVADO.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 50/77, de autoria da CCJ, Mensagem 28/77, ex-Proposição 186/77 - aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, e o Município de Florai, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.— APROVADO.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 64/77, de autoria

da CCJ, Mensagem 38/77, ex-Proposição 236/77 - aprova convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração com o Município de Foz do Iguaçu, objetivando reparos no prédio do Colégio Estadual Monsenhor Guilherme. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.— APROVADO.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 65/77, de autoria da CCJ, Mensagem 38/77, ex-Proposição 237/77 - aprova convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o Município de Terra Rica, objetivando reparos no prédio do Grupo Escolar Rosalina de Moraes. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.— APROVADO.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 66/77, de autoria da CCJ, Mensagem 38/77, ex-Proposição 238/77 - aprova convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o Município de Rondon, objetivando reparos no prédio do Ginásio Estadual Almirante Barroso. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.— APROVADO.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 67/77, de autoria da CCJ, Mensagem 51/77, ex-Proposição 241/77 - aprova convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o Município de Catanduvas, objetivando execução de reparos no prédio onde funcionam diversos estabelecimentos de ensino. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.— APROVADO.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 71/77, de autoria da CCJ, Mensagem 51/77, ex-Proposição 252/77 - aprova convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, objetivando execução de reparos no prédio do Grupo Escolar Marcos Baggio. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.— APROVADO.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 73/77, de autoria da CCJ, Mensagem 53/77, ex-Proposição 263/77 - aprova o termo de Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o Município de Nova Aurora, objetivando execução de reparos em prédios onde funcionam estabelecimentos de ensino. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.— APROVADO.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 74/77, de autoria da CCJ, Mensagem 53/77, ex-Proposição 264/77 - aprova convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração com o Município de Bandeirantes, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona a Unidade Escolar com 12 salas de aula. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.— APROVADO.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 75/77, de autoria da CCJ, Mensagem 53/77, ex-Proposição 265/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o Município de Doutor Camargo, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Regente Feijó, na sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ, CF e

COPTC, por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.— APROVADO.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 78/77, de autoria da CCJ, Mensagem 60/77, ex-Proposição 289/77 - aprova convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Santa Inês, objetivando reparos no prédio onde funciona o Ginásio Estadual. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.— APROVADO.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 98/77, de autoria da CCJ, Mensagem 32/77, ex-Proposição 272/77 - aprova o convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Saúde e do Bem Estar Social e o Município de Curitiba, objetivando execução do programa de atendimento às vítimas da explosão de Dinamite, ocorrido nesta Capital. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ e CF., por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.— APROVADO.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 49/77, de autoria do Poder Executivo, Mensagem 64/77, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva dar nova redação ao artigo 1o., inciso I do artigo 2o., ao "CAPUT" do artigo 3o. e aos §§ 1o. — 2o., do artigo 5o. da Lei 6568, de 24/06/74. (Participação do Estado do Paraná no Plano Nacional de Habitação — (PLANHAP)— Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.— APROVADO.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 60/77, de autoria do Deputado David Federmann, que declara de utilidade pública o Montepio dos Servidores Públicos do Brasil, com sede na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul. Pareceres FAVORÁVEL da CCJ, por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.— APROVADO.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 94/76, de autoria do Deputado Fidelcino Tolentino, que integra no Plano Rodoviário Estadual, em caráter prioritário, a construção e pavimentação de uma estrada ligando os Municípios de Capanema, Capitão Leônidas Marques e Cascavel, passando pelos Distritos de Santa Lúcia, Alvorada d'Oeste, Cielito, Santa Maria e Santa Tereza, integrando as regiões oeste e sudoeste do Paraná. Pareceres CONTRÁRIOS da C.C.J. e C.F., por unanimidade, e FAVORÁVEL da C.O.P.T.C., por unanimidade.— APROVADO, ARTIGO POR ARTIGO.

O SR. ADALBERTO DAROS — Pela ordem, Sr. Presidente. Não quero ser indelicado, mas pela terceira vez, quero me dirigir à brilhante Mesa que dirige os trabalhos de hoje, para que providencie resposta a dois pedidos de informações apresentados por nós a esta Casa, já há três meses.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência determinou buscas e tendo recebido as informações mandou que fossem repassadas a V. Exa.

Deve a assessoria ter falhado com a Presidência. Todavia, a Presidência informa a V. Exa. o protocolo e data da expedição.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, Líder da ARENA, indicando o Sr. Deputado Erondy Silvério, para integrar as Comissões Permanentes, em consequência da renúncia do Sr. Deputado João Kalil Fadel.— "Ao Departamento Legislativo - Divisão das Comissões, para anotar".

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jayme Rodrigues Carvalho, constante do expediente, solicitando a suspen-

são da sessão do dia 17, sexta-feira, para que os Srs. Deputados possam dar maior pretigamento às reuniões dos Vereadores do Paraná, dirigidos pela ACAMPAR, cujo congresso iniciou-se no dia de hoje.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Del Ciel, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei 50/77.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Odilon Bandeira Rocha, ocorrido nesta Capital.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Elza do Amaral Trautwein, ocorrido na cidade de Cambará.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento dos jovens Pedro Miguel Mosse e Sonia Maria Ferreira Prado, em lamentável acidente.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Waldenício Barbalho, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Ministro das Comunicações, consubstanciado em apelo, no sentido de ser determinado a instalação do "Sistema Gentex" na agência dos Correios e Telégrafos, na cidade de Paranavaí. APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ernesto Gnoatto, constante do expediente, solicitando voto de estímulo às Empresas Viação Umuarama e Viação Garcia, pela inauguração da linha Francisco Alves, Iporã, Perobal e Curitiba.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Deputado Waldenício Barbalho, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente da Empresas Brasileira de Correios e Telégrafos, consubstanciado em apelo no sentido de determinar a instalação do "Sistema Gentex", na agência da cidade de Paranavaí. APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Osvaldo Macedo, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Ministro da Educação e Cultura e ao Conselho Federal de Educação, encarecendo providências no sentido de ser determinada a redução de 35 por cento para 25 por cento no aumento das mensalidades escolares, anteriormente deferido.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Renato Bernardi, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando seja oficiado aos Srs. Secretário de Recursos Humanos e Secretário de Finanças, encarecendo providências para a regularização de pagamentos dos funcionários da Secretaria de Educação e Cultura, servindo em cidade do interior.— APROVADO.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para o dia 20, segunda-feira, à hora regimental, com a mesma Ordem do Dia, marcada para sexta-feira, e ainda:

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei Número 94/76.

1a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução números: 03/77, 10/77, 21/77, 25/77, 32/77, 33/77, 52/77, 54/77, 56/77, 61/77, 82/77, 85/77, 115/77, 118/77, 124/77, 125/77, 126/77, 127/77, 128/77, 129/77, 131/77, 132/77, 133/77, 172/77, 230/77, 231/77, 232/77 e de 7Lei números: 05/77, 06/77, 11/77, 19/77, 20/77, 29/77, 35/77, 37/77, 41/77, 42/77, 44/77, 48/77 e 50/77.

Levanta-se a sessão.